

Sobre o Ensino da Sociologia (●)

Ilse Scherer-Warren ()*
*Maria Luiza de Carvalho Proença (**)*

Estas reflexões são fruto de uma nova experiência no ensino da disciplina Sociologia Geral, ministrada para os cursos básicos das várias unidades do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Partimos do ponto de vista de que a compreensão de qualquer disciplina científica só poderá progredir na medida em que as novas descobertas reformularem ou acrescentarem teorias e/ou métodos novos ao corpo científico já constituído, isto é, enquanto for cumulativa. Daí decorre a necessidade de codificar a contribuição dos clássicos, bem como a de estabelecer as relações entre suas teorias e as produções teóricas contemporâneas.

A preocupação em restabelecer conhecimentos acumulados do passado e incorporá-lo em formulações subsequentes tem sido de pequena monta quando se trata das Ciências Sociais. (1) Essa deficiência prende-se, entre outros motivos, à negligência de muitos cientistas sociais contemporâneos quanto à importância da *teoria* como elemento fundamental para a explicação do social, na medida em que se dedicam quase que exclusivamente ao aprimoramento das técnicas de codificação dos dados empíricos. Esta situação é particularmente visível quando se examina as obras dedicadas à introdução ao pensamento sociológico. Em sua maioria, a contribuição dos clássicos, quando considerada, é tratada aleatoriamente, isto é, suas contribui-

-
- (●) O presente ensaio faz parte do livro ainda inédito *A produção de conhecimentos das Ciências Sociais*, que resultou de uma proposta didático-pedagógica desenvolvida pelas autoras nos cursos de Sociologia Geral da UFRJ.
- (*) Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris. Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFSC.
- (**) Livre-Docente em Sociologia pela UFSC. Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ.

ções não servem a um propósito pedagógico explícito. Acresce ainda, o fato de serem os textos quase sempre incompletos, com grande prejuízo para o entendimento do que se pretende expor. Há, por outro lado, numerosas obras que sob o pretexto de se dedicarem aos iniciantes, transformam a Sociologia em um conjunto de princípios altamente abstratos dando a impressão de se tratar de um conhecimento único e universal. Por força da apreensão equivocada da Sociologia, em particular, não é incomum nos depararmos, na prática educativa, com a compreensão igualmente equivocada da vida social.

A razão sociológica, fato humano, histórico e social, é desde sempre um debate entre diferentes perspectivas produzidas por diferentes visões de mundo. Divergem os cientistas sociais não só na explicação e interpretação da realidade social, mas na seleção de elementos essenciais que a constituem e, até mesmo, na articulação dos mesmos no processo histórico. Essa diversidade procede da própria diferenciação e contradições presentes, na formação social onde a Sociologia está historicamente situada.

Entretanto privilegiar, como propomos, diferentes perspectivas analíticas constitui o primeiro passo para atingir, com consciência plena, os princípios fundamentais que respondem pela possibilidade de toda a ação e de todos os discursos propriamente científicos herdados pela tradição sociológica. É indispensável romper com o discurso fácil e mistificador, tão freqüente no cotidiano universitário e na Sociologia do senso comum, único modo de recuperar não um conjunto anárquico de conceitos, mas a própria teoria do conhecimento sociológico. Por mais distintas que sejam as modalidades de apreensão da "realidade social", por maiores que sejam as oposições entre os modos de fazer a ciência social, o que devemos ter presente, o que devemos indagar sempre, é se está de fato "fazendo" ciência, produzindo conhecimento. A Sociologia, enquanto razão crítica e científica, é, pois, simultaneamente, uma reflexão sobre os fenômenos sociais e sobre as concepções produzidas, atividades essas que não se confundem, mas que se completam.

Por este motivo defendemos a necessidade de um ordenamento qualitativo — de elementos conceituais e metodológicos — do material constituído e acumulado pela tradição sociológica. Ao contrapormos problemáticas comuns a concepções diferentes não estamos impondo um conjunto de conclusões: estamos procurando fornecer ao

estudante caminhos fecundos capazes de orientá-lo corretamente em sua reflexão sociológica.

Assim, a nosso ver, o ensino da Sociologia deve ser iniciado com a caracterização dos processos histórico e ideológico, responsáveis pela gênese da razão sociológica. Este encaminhamento permite explicitar os compromissos, revelar a partir de que elementos se definiram as diferentes leituras da realidade social, e, sobretudo, induzir o estudante a compreender que uma explicação particular não se reduz jamais ao esforço exclusivo de uma reflexão pessoal.

De fato, as grandes mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na Europa nos fins do século XVIII e no século XIX, foram a matéria prima que estimulou uma nova maneira de pensar e tratar o social, seja: a do social através do social. Porém do posicionamento do cientista no processo de conhecimento decorre a diversidade das perspectivas analíticas: uma perspectiva que enfatiza "o homem enquanto produto social", outra que privilegia "o homem enquanto criador do social" e outra ainda que procura as conexões entre "o condicionado socialmente e o criado socialmente".

Da mesma maneira, como afirmamos anteriormente, toda ciência para avançar necessita "evoluir junto com o conhecido" (2), e por isso procuramos recuperar o conhecimento do social nos clássicos que marcaram a gênese de uma reflexão propriamente sociológica.

Entre os pensadores clássicos destacam-se Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, pela importância de suas propostas metodológicas e por suas concepções teóricas, às quais, muito se deve o desenvolvimento das Ciências Sociais até o momento. Quanto aos contemporâneos, buscamos aqueles que conseguiram, seja pela síntese da produção clássica, seja pela originalidade de sua proposições, marcar um novo caminho para a compreensão da sociedade. A contribuição de Talcott Parsons enquadra-se, a nosso ver, nestes critérios.

A preocupação didática, sempre presente, levou-nos a considerar as temáticas: "*objeto*", "*método*" e "*objetividade*" nas Ciências Sociais como o persuso primeiro para se penetrar na especificidade do conhecimento do social. Enretanto, essa divisão deve ser vista apenas como um recurso didático que cremos virá facilitar a apreensão do conhecimento, porque na produção científica esses temas estão indissoluvelmente ligados, constituindo três faces de uma mesma construção.

Não é outro o ponto de vista de Touraine quando afirma:

"O objeto da Sociologia não pode ser definido sem que seja também traçado a relação do sociólogo com o seu objeto. Esse duplo procedimento deve ou deveria levar a definir o método ou os métodos da Sociologia, entendendo-se essa palavra em seu sentido mais simples: o de como fazer surgir o objeto sociológico" (3).

Todavia, para compreendermos essa unidade, necessitamos ter claro o que vem a ser *Objeto, método e objetividade*.

Na produção científica a primeira tarefa consiste em definir, determinar, o objeto de estudo. Esta definição já é em si mesmo um trabalho de ciência, uma vez que se propõe ultrapassar o fato real dado tal qual apreendido pelo senso comum, pelas crenças e pelas ideologias em geral.

Isso significa que, no trabalho científico, o objeto é construído, quer dizer, ele é produto do pensar e do conceber, única forma de atingir o fato interno, a essência do fenômeno. O objeto construído nunca é um ser empiricamente dado, é uma relação conceitual, mas "não é de forma alguma o produto do conceito que desse origem a si próprio, que refletisse exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação" (4).

Mas para se poder construir esse objeto há que se dispor de meios de produção adequados. Por isso dizemos que a construção do objeto científico implica em um modo de se trabalhar esse objeto, modo que permite a apropriação do concreto, em síntese, um método.

Na prática científica, "o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente, a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pesado" (5); este é o método cientificamente correto.

Não basta, entretanto, a adoção desse mesmo procedimento, desses mesmos princípios para se ter uma idêntica produção. E isso decorre da própria especificidade do "sujeito" na sua prática teórica. Assim, podemos observar que "os sujeitos do conhecimento" se valem das produções intelectuais existentes de maneira distintas, tanto quanto são distintas as formas como selecionaram os elementos que reputam fundamentais para a explicação do social.

Por isso, ao se apropriarem do já conhecido, nunca o fazem passivamente. Esse relacionamento é simultaneamente seletivo e crítico, vale dizer, essencialmente dinâmico. Por isso, no processo de gestação do novo conhecimento, a prática científica ao mesmo tempo que transforma o já conhecido, o engloba. Se tivermos presente que a prática científica constitui apenas um dos momentos da vida em sociedade ou se quiser, uma das distintas práticas da "prática social", teremos, da mesma forma, a compreensão para reconhecer no "sujeito do conhecimento" um complexo de práticas diversas. Pois, da mesma forma que, numa sociedade determinada historicamente, encontramos uma produção social específica, compreendida esta como produção econômica, política, filosófica, ideológica e científica, também no "sujeito do conhecimento" se encontra uma unidade complexa, isto é, um conjunto resultante de suas diferentes atividades sociais: econômicas, políticas, filosóficas, religiosas e científicas. E é por ser assim que cada "sujeito" poderá buscar, e de fato o faz, no conjunto da ciência existente o seu ponto de vista, imprimindo-lhe, no decorrer de seu trabalho criador, as modificações que correspondem tanto às suas práticas como à sua visão de mundo.

Com relação às formas de como "os sujeitos do conhecimento" selecionam os elementos que os orientam na investigação, compreensão e explicação da realidade social, também cabem algumas considerações. Pois, ao selecionar, os cientistas buscam o núcleo responsável pela própria dinâmica social. Desse ponto de vista, a sociedade será apreendida ou como um processo contínuo de transformação ou como um ambiente mais ou menos estável.

Esse posicionamento contribui ainda mais para a diversidade das perspectivas de análise, dando origem seja à valorização de um "motor" da história (classes sociais ou ação individual), seja privilegiando as práticas constituídas (fato institucionalizado ou sistema social).

Ainda se diferenciam os cientistas pelo modo de conduzir a investigação ou seja, pela ordem histórica na apreensão do concreto, ordem que permite a explicação do social. Para uns o ponto de partida se fará do concreto mais complexo ao mais simples, para outros, ao contrário, é a partir do concreto mais simples que se explicará o mais complexo.

De tudo o que foi examinado fica explicitado que quando o objeto de conhecimento é o "social", o modo de se apropriar do social tem muito a ver com o próprio modo de o cientista se posicionar frente ao

social e conceber o social, pois nas Ciências Sociais sujeito e objeto se interpenetram: as distintas concepções do social, bem como os modos de sua explicação se fundamentam nas distintas formas de o cientista conceber o homem enquanto ser social e ser cognoscente.

Na medida em que estas divergências se explicitam, surge a questão de como avaliar esses diferentes modos de conceber o concreto, de como pensar a "objetividade" da atividade científica no campo social.

Se aceitamos que toda prática científica é uma atividade humana historicamente determinada, temos que os próprios critérios de validade dos conhecimentos, ou seja, a "objetividade científica" é ela mesma uma categoria histórica, um movimento em constante evolução.

As verdades científicas deixam assim de existir de um modo definitivo porque o homem, seu criador, sofre igualmente, através de suas atividades sociais, entre as quais a atividade científica, sucessivas transformações, o que o leva a redefinir o já "conhecido" e sobretudo avançar em direção ao "não-conhecido". É esse homem, historicamente determinado, complexo de múltiplas determinações, que em sua atividade científica constrói um objeto determinado, o concreto de seu pensamento, e o faz por meios determinados, por um método determinado, o que garante o seu modo específico de apreender o concreto.

As formas de conceber o real orientam as formas de se apropriar do real. A ciência não é, porém, nem um simples reflexo das formas de conceber o mundo, nem um ponto de vista puramente científico. O conhecimento científico vem a ser, em síntese, representação e superação, continuidade e descontinuidade. O conhecimento se constrói e reconstrói em busca de uma objetividade.

Podemos então concluir observando que, a nosso ver, a prática de ensino por temas e autores possibilita ao estudante uma dupla apreensão: através dos textos comprehende-se as especificidades das diferentes produções científicas sobre o social; a partir do autor, tendo-se presente os temas selecionados, torna-se possível alcançar, quase plenamente, o modo de produzir conhecimento de cada um deles em particular.

Cabe ainda ressaltar que a ordenação dos temas resultou, fundamentalmente, de uma posição didática; já a dos pensadores sociais obedeceu a um critério cronológico, em cujo bojo está presente a

preocupação em revelar e revalorizar a necessidade de conceber o conhecimento como um processo histórico, em que o cumulativo não é sinônimo de superação.

NOTAS

1. Cf. MERTON, Robert. *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1968, p. 48.
2. Cf. Bachelard, citado por BOURDIEU, Pierre et alii. *El oficio de sociólogo*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1975, p. 21.
3. TOURAIN, Alain. *Em defesa da Sociologia*. Rio, Zahar, 1976, p. 39.
4. MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da Economia Política*. 2e. Lisboa, Estampa, 1973, p. 230.
5. *Idem, ibidem*, p. 229.